



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**HABEAS CORPUS Nº 638814 - SP (2021/0002566-3)**

**RELATOR** : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO  
**IMPETRANTE** : GABRIEL RODRIGUES DE SOUZA  
**ADVOGADO** : GABRIEL RODRIGUES DE SOUZA - SP436815  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : ANDREAZO ANCHIETA SILVA (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* impetrado em favor de ANDREAZO ANCHIETA SILVA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (HC n. 2255361-86.2020.8.26.0000).

Infere-se dos autos que o paciente "encontra-se preso pela prática do crime descrito no art. 157, § 3º, 2º parte, do Código Penal, a cumprir pena de 20 anos de reclusão, em regime inicial fechado, com início no dia 08/05/2015 e término em 17/01/2035" (fl. 22).

O impetrante requer a concessão de liminar para que o paciente goze da prisão domiciliar humanitária, pois estaria incluído no grupo de risco da covid-19 "em razão das graves doenças [portador de úlcera, reumatismo, sopro e alergia a ovo] acometidas sobre si" (fl. 5).

É, no essencial, o relatório. Decido.

O deferimento de liminar em *habeas corpus* é medida excepcional, cabível apenas em hipóteses de patente ilegalidade, demonstrada de plano.

No que diz respeito à aplicação da Recomendação CNJ n. 62/2020, ressalte-se que o STJ firmou o entendimento de que a flexibilização da medida extrema não ocorre de forma automática (AgRg no HC n. 574.236/SP, relator Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, DJe de 11/5/2020; e HC n. 575.241/SP, relatora Ministra Laurita Vaz, DJe de 3/6/2020).

Para tanto, é necessária a demonstração de que o paciente preenche os seguintes requisitos: a) inequívoco enquadramento no grupo de vulneráveis à covid-19; b) impossibilidade de receber tratamento no estabelecimento prisional em que se encontra; e c) exposição a mais risco de contaminação no estabelecimento prisional do que no

ambiente social (AgRg no HC n. 561.993/PE, relator Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, Quinta Turma, DJe de 4/5/2020).

No caso, a parte impetrante não demonstrou a flagrante ilegalidade da decisão atacada, principalmente porque o relator na origem expôs o seguinte (fl. 25):

De modo que, o fato fazer parte do grupo de risco, necessitar de medicamentos e atendimento médico não é, por si só, fator para se deferir a prisão domiciliar, lembrando que não há notícias de que a unidade prisional onde se encontra esteja em más condições impedir tratamento médico, inexistindo ato atual da autoridade coatora que possa ser inquinado de ilegalidade e sanado pela via deste *writ*.

Não se verifica, portanto, em juízo sumário, o desrespeito à Recomendação CNJ n. 62/2020.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 11 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente